

Sul-coreana INNOSPACE escolhe Santa Maria como base de lançamentos espaciais na Europa

Foto: ASC

O Atlantic Spaceport Consortium (ASC), empresa que opera o porto espacial da ilha de Santa Maria, foi selecionado pela INNOSPACE como seu parceiro europeu de lançamento.

O contrato plurianual de serviços de lançamento garante à INNOSPACE o acesso prioritário a uma plataforma de lançamento e permite que a sua série de veículos de lançamento HANBIT seja lançada para órbita a partir dos Açores nos próximos anos.

A empresa sul-coreana desenvolveu uma família de veículos de lançamento híbridos, com propelentes seguros e ambientalmente limpos, denominada HANBIT, com capacidades de carga útil que variam entre os 90 kg e os 1300 kg, permitindo um acesso regular e económico ao espaço a partir de todos os continentes. Com acordos já assinados para a acesso a portos espaciais no Brasil e na Austrália, adicionando Portugal entre os seus locais de lançamento preferenciais, a INNOSPACE está agora apta a operar os seus veículos a nível global.

“É uma honra para nós termos sido escolhidos pela INNOSPACE como o seu parceiro europeu para o porto espacial. Este contrato está alinhado com a visão do ASC para um porto espacial aberto, e estamos gratos à INNOSPACE pela confiança depositada em nós”, afirmou Bruno Carvalho, Diretor do Atlantic Spaceport Consortium, em comunicado, ao



que acrescenta que “o porto espacial de Malbusca prosperará nos próximos anos e a INNOSPACE irá certamente liderar o caminho para a órbita a partir de Santa Maria. Trabalharemos arduamente para receber a INNOSPACE e garantir que as suas operações decorram com naturalidade, de forma segura e eficiente.”

Por sua vez, afirmou Soojong Kim, fundador da INNOSPACE afirma que “Este acordo representa um marco significativo para a INNOSPACE, uma vez que estabelece o nosso primeiro local de lançamento na Europa, após o Brasil e a Austrália, expandindo a nossa rede global de lançamentos para a região

europeia”. O também CEO da INNOSPACE diz ainda que “ao ligar locais de lançamento na América do Sul, Oceânia e Europa, construímos uma estrutura global de operações de lançamento que permite aos clientes selecionar, de forma flexível, locais de lançamento e trajetórias orbitais adaptadas aos requisitos das suas missões.”

Também citado no mesmo comunicado, Ricardo Conde, Presidente da Agência Espacial Portuguesa destaca que “A decisão da INNOSPACE de lançar a partir de Santa Maria é um forte sinal de confiança internacional nas ambições espaciais de Portugal. Este acordo ajuda a acelerar o caminho para serviços de lançamento

orbital seguros, sustentáveis e regulamentados a partir dos Açores, criando oportunidades para atividades de elevado valor na região”.

Recorde-se que em agosto de 2025, Portugal concedeu a primeira licença do país para operar um centro de lançamento, autorizando o Atlantic Spaceport Consortium a operar o Centro de Lançamento de Malbusca, na ilha de Santa Maria.

O contrato agora assinado entre a INNOSPACE e o Atlantic Spaceport Consortium tem vigência até 2030 e prevê um primeiro voo orbital, a partir de Santa Maria, no final de 2026 e lançamentos orbitais regulares da família de foguetões HANBIT, nos anos seguintes.

BE propõe criação de regime de apoios à deslocação de docentes na Região Autónoma dos Açores

A representação parlamentar do Bloco de Esquerda (BE), defende a criação de um sistema de apoios à deslocação de docentes na Região Autónoma dos Açores, tendo, para tal, entregue à mesa da Assembleia Legislativa Regional um Projecto de Decreto Legislativo.

A sustentar a iniciativa, a proposta subscrita pelo deputado António Lima introduz que todos os anos lectivos, há centenas de professores do ensino básico e secundário nos Açores que ficam colocados em estabelecimentos de ensino distantes do seu local de residência, salientando que a condição de professor deslocado, embora resultante de concurso, não é fruto da sua

vontade, mas um resultado das regras das colocações, das exigências do sistema de educação e da necessidade destes docentes de encontrar uma colocação.

Tal situação, destaca o BE, implica, por vezes, custos com deslocações particularmente dispendiosas numa região arquipelágica, como os Açores.

Ao contrário do território continental, onde vigora um regime de compensação a docentes deslocados, “a inexistência deste apoio nos Açores, face à inação do Governo Regional, constitui um factor de discriminação negativa dos professores deslocados nos Açores e será um incentivo à saída de professores dos Açores e

um desincentivo à fixação”, lê-se na introdução à Projecto de Decreto Legislativo Regional.

Em concreto, o pretendido pelo BE é a criação de um regime de atribuição de apoio à deslocação que se aplique a todos os de educadores de infância e docentes dos ensinos básico e secundário públicos na Região Autónoma dos Açores, majorado quando se trate de escolas carenciadas e que tenha em consideração as especificidades da Região Autónoma dos Açores.

Assim, o apoio à deslocação, a ser pago mensalmente, será atribuído aos docentes cujo domicílio fiscal se encontre a

uma distância igual ou superior a 25 km do estabelecimento de educação ou de ensino onde exerçam funções. Para distâncias iguais ou superiores a 25 km na mesma ilha, o apoio proposto é de €150, enquanto que para deslocações inter-ilhas será no montante de €500. Considera-se deslocação inter-ilhas aquela que implique o transporte por via marítima ou aérea, complementado por transporte terrestre, quando necessário.

O Projecto de Decreto Legislativo Regional, entregue à Mesa da Assembleia Regional

no passado dia 19 de Dezembro, está em apreciação pública até 9 de Fevereiro.

PS/Açores exige respostas e soluções para a habitação na Terra-Chã

O Grupo Parlamentar do PS/Açores alertou, ontem, para a falta de execução do projecto de reconversão urbanística e habitacional do Bairro da Terra-Chã, em Angra do Heroísmo, e para a ausência de respostas do Governo Regional a problemas habitacionais antigos que continuam a afectar dezenas de famílias.

Segundo o deputado Marco Martins, “o Governo não pode continuar a anunciar projectos e financiamentos sem garantir prazos, execução no terreno e respostas

concretas às populações. Na Terra-Chã há um projecto estruturante aprovado, financiado e com discussão pública concluída, mas que continua parado”.

O socialista recorda que a segunda fase do projecto prevê a construção de 48 novas habitações financiadas pelo PRR, estando já autorizada despesa para 2025, mas “não existe qualquer calendário conhecido para o início das obras, o que gera insegurança e desconfiança junto de quem espera há anos por uma solução digna”.

Para além do bairro, Marco Martins sublinha que persistem outros problemas graves na freguesia, nomeadamente a falta de regularização dos registos das habitações na Canada de Entre Muros e a inexistência de intervenções de manutenção em várias ruas, como a Rua Irmãos Corvelo e a Rua Irmãos Chórica. “Estamos a falar de situações conhecidas, antigas e que não exigem estudos intermináveis, exigem, sim, decisão política e acção”, afirma.

Face a este cenário, o PS/Açores apresentou um requerimento ao Governo Regional a exigir prazos claros para a execução do projecto, para o início da construção das novas habitações e para a resolução dos problemas pendentes na freguesia.

“O direito à habitação não pode ser tratado como uma promessa vaga. As pessoas precisam de respostas, previsibilidade e respeito. É isso que estamos a exigir ao Governo”, concluiu Marco Martins.